

Direito empresarial em debate – parte I

Desafios da Advocacia Empresarial

Este é o primeiro artigo de uma série que pretendo aqui apresentar, com o objetivo de compartilhar algumas reflexões, dúvidas e certezas que tenho reunido ao longo dos anos de exercício da Advocacia em empresas.

Muito se discute sobre Advocacia Empresarial. São inúmeros os cursos e palestras que tratam do tema e que se propõem a capacitar o Advogado a lidar com as rotinas empresariais. Entretanto, até que ponto as empresas têm prestado a devida atenção nesses aspectos?

As empresas têm contratado profissionais do direito com conhecimento empresarial? Não nos surpreendamos se a resposta for negativa. Mas em sendo positiva, estes profissionais estão estrategicamente alinhados aos seus propósitos? Inclusive com a justa percepção da cultura da organização?

Atuo há mais de 20 anos neste segmento, ora em Departamento Jurídico, ora em Escritório terceirizado. Nesse período, pude perceber algumas dimensões do relacionamento entre Advogados e Empresários, analisar a qualidade do processo de comunicação estabelecido, o processo de eleição de estruturas, modelos e de métricas para a realização do trabalho, a negociação dos desafios, as metodologias de gestão e avaliação de resultados.

Afirmo, sem medo de errar, que não existe fórmula mágica, modelo certo ou solução pronta. É preciso um significativo investimento de tempo e energia para uma construção conjunta de um modelo que se ajuste a realidade de cada Cliente. Para isso, fundamentalmente é necessário conhecer modelos de gestão e identificar aquele utilizado por seu Cliente. Esse é a gênese de um processo sério de exercício de Advocacia para empresas. Estar predisposta a conhecê-las!

Minha inquietação, na maioria das vezes, reside na percepção da dificuldade do profissional do direito em compreender a dinâmica das organizações. Fundamentalmente, saber qual é o negócio do Cliente, como se dá o processo de formação de preço, quais os insumos necessários para a produção, seus canais de distribuição, os impostos incidentes, relacionamento com *stakeholders*,

necessidade de importação de produtos, plantas em países estrangeiros, legislações internacionais, riscos do negócio, novos entrantes, seus mercados consolidados e potenciais, concorrentes, sua relação com órgãos governamentais, dentre outros.

É certo dizer que o Advogado interno tem mais familiaridade com estes temas empresariais – não somente direito empresarial – pois em sua proximidade natural com os processos internos, muitas vezes lhe conduzem a lidar com outras áreas do conhecimento, tais como contabilidade, *marketing*, comercial, produção, logística e administração (especialmente planejamento estratégico), na busca pela harmonização de sua atividade com as políticas e diretrizes organizacionais.

Sob aspecto de formação teórica, tenho percebido alguns programas de graduação e mesmo de pós-graduação que, na maioria das vezes, não incluem disciplinas que qualifiquem o Advogado, minimamente, com esta formação, lhe sendo difícil a tarefa de tratar de assuntos fora do âmbito do direito. Digo que a ampliação do conhecimento para temas multidisciplinares, permite ao atento Advogado Empresarial, contribuir positivamente para a realização dos objetivos empresariais, desenvolvendo, por vezes, soluções, metodologias e sistemas de trabalho que busquem a redução dos custos com assuntos legais, a tão perseguida segurança jurídica mas, sobretudo, a facilitação da realização das metas e objetivos, muito assentadas atualmente na gestão de projetos.

Este destaque é para que possamos perceber que é indispensável na formação acadêmica/profissional do Advogado Empresarial, sobretudo que conheça do negócio, mercado, tendências, finanças e, logicamente, ambiente legal em que seu Cliente ou Empregador esteja inserido. Isso somente qualifica e engrandece o conhecimento legal trazido com a formação tradicional e torna este profissional ainda mais "indispensável" para o processo de tomada de decisão dos administradores, elevando o patamar da prestação de serviços jurídico empresariais. Para além da inteligência artificial na Advocacia, falo da composição da inteligência real para o exercício da Advocacia empresarial, numa toada holística e de complementariedade.

Então, antes de uma reunião com a alta direção, a sugestão é para conhecer o chão de fábrica, suas características, gargalos e oportunidades, permitindo a mais qualificada e produtiva fundamentação das opiniões legais emitidas por este Advogado Empresarial. Com a farta disponibilidade de informações na rede,

pesquisas prévias e a estruturação de materiais servirão de esteio para qualquer reunião de trabalho. Estabelecer as regras de convívio, com indicação clara de prazos, responsabilidades e entregas, seguramente evitarão dúvidas quanto ao desenvolvimento dos compromissos firmados, quanto aos resultados esperados.

No próximo desafio, pretendo abordar o assunto “planejamento estratégico e Advocacia Empresarial”. Avaliar alguns modelos de planejamento estratégico, para além dos disponíveis esquemas de acompanhamento de atividades, tão comuns atualmente.

Refiro-me ao pensamento estratégico, capaz de utilizar todo o ferramental jurídico para auxiliar os Empresários na solução de suas questões curto, médio e longo prazo, sempre numa perspectiva de realização do propósito empresarial e das etapas necessárias para esta conquista.